



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - CAMPUS SÃO BORJA/RS

**TAISE MARTINS SEGOBIA**

**TERCEIRO SETOR: AS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS E OS  
DESAFIOS DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

**São Borja – RS  
2021**

**Taise Martins Segobia**

**Terceiro Setor: as implicações para as políticas sociais e os desafios ao trabalho do/a  
assistente social**

**São Borja – RS  
2021**

23/06/2021

SEI/UNIPAMPA - 0552124 - SISBI/Folha de Aprovação

TAÍSE MARTINS SEGOBIA

**TERCEIRO SETOR: AS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS AO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07/05/2021.

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme  
Orientadora  
UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Elisângela Maia Pessoa  
UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Solange Emilene Berwig  
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por ROSILAINE CORADINI GUILHERME, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 19/06/2021, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por ELISANGELA MAIA PESSOA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 20/06/2021, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 21/06/2021, às 08:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0552124 e o código CRC 2BE5190D.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S457t Segobia, Taise Martins

Terceiro setor: as implicações para as políticas sociais e os desafios ao trabalho do/a assistente social / Taise Martins Segobia.

30 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal do Pampa, SERVIÇO SOCIAL, 2021.

"Orientação: Rosilaine Coradini Guilherme".

1. Terceiro setor. 2. Trabalho do/a assistente social.
3. Políticas sociais. I. Título.

## **TERCEIRO SETOR: AS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS AO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

Taise Martins Segobia\*

Rosilaine Coradini Guilherme\*\*

### **RESUMO**

O presente estudo tem o objetivo analisar como se configura o terceiro setor no contexto neoliberal, a fim de evidenciar as implicações para as políticas sociais e os desafios ao trabalho do/a assistente social. É uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, sendo que o método utilizado foi o dialético crítico. O terceiro setor também é conhecido como entidades sem fins e/ou organizações da sociedade civil, o qual o Estado realiza as denominadas parcerias público-privada. Sendo assim, a reforma de viés neoliberal determina novos contornos ao âmbito estatal. As instituições do terceiro setor, por sua vez, constituem espaços sócio ocupacionais do/a assistente social, e nelas o/a profissional encontra desafios. Deste modo, ao final do estudo foi possível constatar que terceiro setor no contexto neoliberal, assume responsabilidades do Estado perante a execução das políticas sociais as quais têm implicações, reforçando a tendência atual de políticas sociais focalizadas e seletivas. E os desafios ao trabalho do/a assistente social se materializam frente aos processos de desmonte, flexibilização e precarização tanto das políticas sociais, quanto do seu trabalho nos espaços sócio ocupacionais.

Palavras-chaves: Políticas Sociais; Terceiro setor; Trabalho do/a Assistente Social.

## **TERCER SECTOR: IMPLICACIONES PARA LAS POLÍTICAS SOCIALES Y RETOS PARA LOS TRABAJADORES SOCIALES**

**Resumen:** Este estudio pretende analizar cómo se configura el tercer sector en el contexto neoliberal, con el fin de poner de manifiesto las implicaciones para las políticas sociales y los retos para el trabajo del trabajador social. Se trata de una investigación cualitativa de carácter exploratorio, y el método utilizado fue el dialéctico crítico. El tercer sector también se conoce como entidades sin ánimo de lucro y/o organizaciones de la sociedad civil, que el Estado realiza las llamadas asociaciones público-privadas. Así, la reforma neoliberal determina nuevos contornos a la esfera estatal. Las instituciones del tercer sector, a su vez, constituyen espacios sociales ocupacionales del trabajador social, y en ellos el profesional encuentra desafíos. Así, al final del estudio se pudo comprobar que el tercer sector en el contexto neoliberal, asume responsabilidades del Estado ante la ejecución de políticas sociales, lo que tiene implicaciones, reforzando la tendencia actual de políticas sociales focalizadas y selectivas. Y los retos para el trabajo de los trabajadores sociales se materializan ante los procesos de desmantelamiento, flexibilidad y precariedad tanto de las políticas sociales como de su trabajo en los espacios sociolaborales.

Palabras clave: Políticas sociales; Tercer sector; Trabajo de los trabajadores sociales

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática o terceiro setor e as implicações para as políticas sociais e os desafios ao trabalho do/a assistente social. Segundo Simões (2014) a sociedade se organiza de três formas: o Estado sendo o primeiro setor, o segundo setor se dá pela a sociedade civil no âmbito das atividades privadas (mercado), e o conjunto de atividades sociais como terceiro setor. O terceiro setor é conhecido como as entidades sem fins lucrativos, organizações não governamentais e entidades filantrópicas.

O poder público conduz as políticas sociais no âmbito federativo, deste modo o Estado cria parcerias com o terceiro setor para conduzir as políticas sociais em organizações que prestam serviços em diversos âmbitos como o educacional, na saúde, ambiental, de assistência social e etc. O terceiro setor é um espaço sócio ocupacional de esfera pública não estatal no qual o profissional de serviço social também se insere, deste modo atuando nas expressões da questão social e no enfrentamento dessas manifestações por meio das políticas sociais.

O interesse pela temática surgiu a partir da primeira aproximação e da experiência durante o campo do estágio supervisionado em Serviço Social I, no qual foi notável pelas sucessivas aproximações no cotidiano do Centro de Formação Teresa Verzeri - São Borja-RS. Esse se constitui uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, vinculada à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que vivencia a precarização do campo do terceiro setor no contexto neoliberal, no qual surge o interesse para aprofundar o conhecimento perante a essa temática.

Foi a partir da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social I que surgiu o problema da presente pesquisa: Como se configura o terceiro setor no contexto neoliberal e as implicações para as políticas sociais e os desafios ao trabalho do/a assistente social? Tal questionamento suscitou a elaboração do objetivo geral do estudo: Analisar como se configura o terceiro setor no contexto neoliberal, a fim de evidenciar as implicações para as políticas sociais e os desafios ao trabalho do/a assistente social.

O referido estudo vincula-se ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Desta maneira, pesquisar o terceiro setor e as implicações para as políticas sociais e os desafios ao trabalho do/a assistente social se coloca como de extrema relevância, pois é um assunto da atualidade, manifestando assim a necessidade de se ampliar a produção de conhecimento acadêmico e profissional na área do serviço social.

A respeito da produção acadêmica destaca-se que a delimitação escolhida sinaliza para pouca produção, assim reforçando a importância de se pesquisar sobre a referida temática. Como supracitado o estudo no âmbito profissional irá contribuir para a profissão na medida em que pretende desvelar os desafios do/a trabalho assistente social no campo do terceiro setor, fortalecendo a categoria profissional. O estudo também tem relevância no âmbito social, contribuindo assim para a sociedade e de modo geral aos usuários, pois pretende evidenciar as implicações das políticas sociais a partir do contexto da matriz neoliberal e o terceiro setor.

A partir do objetivo geral foram formulados os seguintes objetivos específicos: apresentar o processo sócio histórico da configuração do terceiro setor no contexto neoliberal, com atenção às contradições existentes; compreender de que forma ocorre a configuração das políticas sociais no contexto neoliberal no campo do terceiro setor e refletir a respeito dos desafios ao trabalho do/a assistente social no âmbito das instituições do terceiro setor. Cabe ainda referir que foi a partir dos objetivos específicos que foram elaboradas as questões norteadoras da pesquisa.

Sendo assim, o artigo se estrutura, além da presente introdução, da seguinte maneira: a) a segunda seção apresenta o processo metodológico da pesquisa; b) a terceira seção trata do processo sócio histórico do terceiro setor no contexto neoliberal e suas contradições; c) a quarta seção aborda a configuração das políticas sociais no campo do terceiro setor; d) a quinta seção apresenta reflexões sobre os desafios e possibilidades do trabalho do/a assistente social nas instituições do terceiro setor; e, por fim, são apresentadas algumas considerações sobre as discussões desenvolvidas neste estudo.

## **2 PROCESSO METODOLÓGICO**

O presente estudo se configura como uma pesquisa qualitativa, visto que esta modalidade trabalha com diferentes significados, não podendo ser quantificado, pois não trabalha com números, mas com a percepção e a compreensão humana, privilegiando a abordagem nos significados e as relações sociais. Optou-se pela pesquisa qualitativa, visto que essa tem caráter inovador, inserindo-se na busca da apreensão dos fenômenos da realidade, na construção coletiva partindo deste modo da realidade social, sendo realizada na complementaridade e não na exclusão. A pesquisa qualitativa:

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas

por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Dessa forma tratou-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória que tem como objetivo uma maior proximidade do pesquisador com o tema. Ou seja, “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2007, p. 43).

O método de análise da realidade utilizado foi o dialético crítico, pois interpreta os movimentos e a contradição da realidade concreta. Deste modo o método dialético crítico consiste em categorias: a totalidade, a contradição, a historicidade e a mediação. Teve-se como pressuposto que “a dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem” (KOSIK, 1976, p. 13). Ou seja, parte para além da aparência do fenômeno da realidade, desta maneira analisa a “essência” do objeto de pesquisa sem desconsiderar a sua “aparência” e a sua estrutura dinâmica compreendendo o processo de movimento de “ir e voltar”.

A coleta de dados foi realizada a partir da pesquisa bibliográfica a qual pressupõe a análise de material existente como livros, publicações periódicas de jornais e revistas. A pesquisa bibliográfica tem como vantagem a abrangência de fatos que estariam dispersos.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

A técnica que se adotou para os tratamentos dos dados foi a análise de conteúdo de Bardin (2010). Essa análise de conteúdo acontece em três fases: na primeira fase é a pré-análise, na segunda fase a exploração do material e na terceira e última fase ocorre o tratamento dos dados, inferência e a interpretação dos mesmos.

Na coleta dos dados do material pesquisado, se utilizou a técnica de observação indireta e o instrumento usado foi o roteiro norteador/quadro síntese, o qual abarcou perguntas abertas elaboradas a partir dos objetivos geral e específicos do estudo. O universo da pesquisa envolveu o conjunto de artigos publicados no Portal Scielo. Esse Portal se constitui em uma biblioteca *online*, com a opção da área das ciências sociais aplicadas que tratou sobre a temática do estudo. Deste modo, sendo o universo muito amplo, a pesquisa foi realizada a partir de uma amostragem.



Amostragem selecionou um fragmento do universo, portanto a amostra se constituiu como não probabilística intencional. “Também constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 2007, p. 94).

Com isso, o universo da pesquisa foi composto por artigos onde se utilizou os seguintes filtros para a busca: idioma língua nacional, tipo de literatura “artigo”, área das ciências sociais aplicadas, selecionados no Portal Scielo que é uma biblioteca eletrônica que reúne artigos publicados em revistas científicas, no qual os filtros que se utilizou na busca do Portal Scielo no qual levou em conta o recorte temporal entre 2016-2020.

Os critérios pelos quais se levou em consideração para a inclusão dos artigos na amostra final foram os seguintes: constar dois descritores previamente definidos no título do artigo e/ou palavras-chave e/ou resumo; também foram considerados os artigos que apresentaram relação com o tema/objetivos da pesquisa. O detalhamento dos artigos selecionados pode ser conferido no Quadro 1.

Quadro 1- Amostra da Pesquisa Bibliográfica

<b>Revista</b>	<b>Artigo</b>	<b>Autor</b>
Interações	Programa Jovem de Futuro: uma tecnologia educacional do terceiro setor	Balduino, Maria Aparecida Canale
Interações	Dimensões plásticas do voluntariado na heterogeneidade do terceiro setor brasileiro	Melo, Marina Félix de
Cadernos EBAPE.BR	Considerações teóricas sobre governança corporativa no terceiro setor à luz da teoria da agência	Lacruz, Adonai José
Sociologia	“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação	Vieira, Naldeir dos Santos; Parente, Cristina e Barbosa, Allan Claudius Queiroz.

	social	
Revista Katálysis	Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais	Almeida, Guilherme Silva de
Revista Katálysis	Neokeynesianismo e neodesenvolvimentismo: expressões ideológicas do Estado neoliberal	Burginski, Vanda Micheli.
Serviço Social & Sociedade	O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional	Carnelossi, Bruna.
Revista Katálysis	Transformações societárias: repercussões no serviço social	Santos, Viviane Medeiros dos.
Cadernos Metrópole	A “governança empresarial” das metrópoles sob o predomínio neoliberal: o papel da gestão pública gerencial e da privatização do sistema político	Fonseca, Francisco César Pinto.
Revista Katálysis	Precariedade e interdisciplinaridade no trabalho da Assistente Social na esfera pública	Faleiros, Vicente de Paula; Araújo, Adelina Almeida Moreira de; Hedler, Helga Cristina.
Serviço Social & Sociedade	Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual	Chaves, Helena Lúcia Augusto; Gehlen, Vitória Régia Fernandes
Organizações & Sociedade	A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro)	França Filho, Genauto Carvalho de; Rigo, Ariádne Scalfoni; Souza, Washington José de

Fonte: Portal Scielo (2016-2020). Sistematização própria.

Os descritores utilizados para o mapeamento inicial foram: o terceiro setor (11 artigos); políticas sociais e terceiro setor (1 artigo); políticas sociais e neoliberalismo (10

artigos); políticas sociais e serviço social (20 artigos); trabalho do assistente social (14 artigos); terceiro setor e serviço social (0 artigo).

Desta maneira, para chegar a amostra da pesquisa bibliográfica foram analisados o total dos artigos mapeados, com atenção para a leitura dos seguintes elementos: resumos, títulos e palavras chaves dos artigos mapeados no Portal Scielo, a partir dos descritores selecionados e os critérios de inclusão previamente definidos. Com isso, como demonstrado no Quadro 1, a amostra deu-se por 12 artigos, no qual o terceiro setor e serviço social não se encontrou nenhum artigo.

### **3 TERCEIRO SETOR: O PROCESSO SÓCIO HISTÓRICO NO NEOLIBERALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES**

Apreender o processo sócio histórico do terceiro setor requer que se realizem diversas relações, tendo em vista estabelecer sucessivas aproximações com o tema. Neste sentido, formularam-se questionamentos que nortearam o processo da pesquisa junto ao material bibliográfico estudado. A perspectiva é propiciar reflexões que sejam capazes de compreender de que modo sucede o processo sócio histórico e a maneira que se constitui o terceiro setor no contexto neoliberal, deixando evidentes as contradições encontradas a partir das aproximações com a temática.

Sobre a origem do termo terceiro setor, considerando os artigos pesquisados, foi possível constatar algumas afirmações desenvolvidas em duas produções. Neste debate, os autores França Filho, Rigo e Souza (2020) referem que a origem do termo terceiro setor surge na realidade norte-americana. É mencionado por Lopes, Parente e Marcos (2014 apud VIEIRA, PARENTE e BARBOSA 2017, p.104), que “a designação de terceiro setor na Europa surge também na década de 1970, como uma via alternativa para a teoria social de raiz marxista, permitindo-lhe conceber um projeto que não se reduz aos cenários do neoliberalismo e do estatismo social”. Deste modo, os autores França-Filho et al. (2002 apud VIEIRA, PARENTE e BARBOSA 2017) referem que a expressão da terminologia do terceiro setor herda uma tradição anglosaxónica ligado a ideia da filantropia.

O termo terceiro setor é originário da realidade norte-americana, particularmente impregnada pela ideia de filantropia num contexto em que inexistia historicamente tradição de Estado social. O termo identifica fundamentalmente o universo do

chamado voluntary sector ou non-profit sector (FRANÇA FILHO, RIGO e SOUZA, 2020, p. 566).

Como se pode ver, o terceiro setor surge diretamente ligado à ideia de filantropia num contexto em que não se tem o Estado Social, pois seu surgimento ocorre em um Estado de cunho neoliberal<sup>1</sup>, tendo como herança a filantropia com o fundamento no voluntariado. Neste sentido, a fim de complementar a referida reflexão recorre-se a texto complementar a amostra da pesquisa, no qual diz que “assim, pode-se afirmar que a Filantropia no Brasil está enraizada em nossa História trazendo em seu bojo o trabalho voluntário” (YAZBEK, 2002, p. 3).

Também se buscou nos artigos pesquisados abarcar as características sócio históricas do desenvolvimento do terceiro setor no Brasil. Sobre essa questão, Fernandes (1997 apud LACRUZ, 2020) refere que as entidade do terceiro setor possui o seu primórdio no país sendo atribuída às comunidades eclesiais de base com surgimento na década de 1960, “e às entidades surgidas no âmbito do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento a partir da década de 1970, ambas com raízes numa tradição filantrópica” (FERNANDES, 1997 apud LACRUZ, 2020, p. 475).

Outros autores analisados concordam com a ideia da gênese do terceiro setor, pois entendem que “o debate sobre o chamado terceiro setor tem a sua gênese nas ações assistenciais como as desenvolvidas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras instituições criadas pelas igrejas e por várias OSC com finalidade pública” (MANÃS; MEDEIROS, 2012 apud VIEIRA, PARENTE e BARBOSA, 2017, p. 103).

Sendo assim, ao contextualizar o terceiro setor no Brasil, Balduino (2020) afirma que esse surge como uma maneira de superar as responsabilidades do Estado em suas atividades direcionando para a sociedade civil. Neste caso, a ênfase dada é para o terceiro setor, redefinindo o papel do Estado e atualizando o modelo de relação com a sociedade civil, referindo assim às políticas sociais onde se efetuavam por parcerias público-privadas. Esse movimento caracterizou-se no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que influenciou o aumento de parcerias do setor público com o setor privado, onde esse último passou a ter grande influência nas políticas públicas (BALDUINO, 2000).

---

<sup>1</sup> “Trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução tem produzido transformações estruturais que dão lugar a o modelo diferente - denominado de neoliberal - que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, ou subemprego, a desproteção trabalhista e consequentemente uma nova pobreza” (SOARES, 2002, p. 12).

No sentido de adensar a discussão sobre a redefinição do papel do Estado, recorre-se a texto complementar a amostra desta pesquisa. Neste, as autoras Behring e Boschetti (2016) referem que desde os anos 1990 até atualmente é vivido a contrarreforma do Estado, reformas que foram direcionadas para o mercado, marcada pelo ‘Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado’ que ocorreu no ano de 1995 e que foi idealizada pelo então Ministro Bresser Pereira visando reformar a administração pública brasileira. “Outro aspecto de destaque na ‘reforma’ do Estado foi o *Programa de Publicização*, que se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 154).

Ainda sobre os textos analisados, França Filho, Rigo e Souza (2020) referem que no ano de 2017 entrou em vigor no Brasil a constituição do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)<sup>2</sup>. A respeito das instituições e entidades que compõem o terceiro setor são apontadas como um conjunto de organizações ligadas ao desenvolvimento de ações de impacto para a melhoria do bem comum (VIEIRA, PARENTE e BARBOSA, 2017). Conforme os autores:

Como no caso das ONGs voltadas para o desenvolvimento sustentável, são comuns organizações consideradas como não lucrativas, mas que desenvolvem ações voltadas pela defesa de interesses apenas de seus membros, como no caso das associações profissionais, sindicais e patronais. [...] muitas são as organizações cuja atividade se restringe ao desenvolvimento de ações filantrópicas e/ou de cunho reivindicatório, nem sempre propositivas, como no caso dos partidos políticos, movimentos sociais e associações comunitárias (VIEIRA, PARENTE e BARBOSA, 2017, p. 115).

Para corroborar a discussão dos textos pesquisados, Simões (2009) refere que o terceiro setor caracteriza-se como um conjunto de entidades e organizações não estatais, sem fins lucrativos, que isoladamente ou em parceria estatal ou privadas realizam os serviços do interesse público mediante o trabalho voluntário, associativo ou assalariado.

Já o financiamento ou os recursos que o terceiro setor possui para a sua manutenção, segundo Kliksberg (2000a apud SIMÕES 2009), advém de três fontes: da própria sociedade

---

<sup>2</sup> O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC é o nome que ficou conhecida a nova Lei nº 13.019/2014. É também o nome dado à agenda de compromissos que a elaborou e que se constituiu como uma agenda política mais ampla, que se estende a um conjunto de estratégias para o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado. A principal motivação do novo regime jurídico de parcerias está orientada pelo fato de que a incidência, o impacto e a riqueza das organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas precisam ser acompanhados de um quadro normativo que reconheça e valorize o trabalho das organizações à altura dos desafios da democracia brasileira (BRASIL, 2019).

civil (nacional ou estrangeira) e de financiamentos diretos ou indiretos do Poder Público. Deste modo, essas formas de financiamento são elaboradas como investimentos sociais.

Ainda recorre-se a outro autor complementar a amostra desta pesquisa para abordar sobre quais as atividades que o terceiro setor desenvolve. Desta forma, as atividades que as instituições desenvolvem são a partir das necessidades concretas da sociedade civil:

Como se pôde verificar, as áreas de atuação do Terceiro Setor ficam por conta da necessidade que se impõe concretamente. A sociedade, mais próxima da realidade, se organiza em prol das soluções dos problemas que se colocam na comunidade e, o Estado, dentro do seu novo papel, deve apoiar essas entidades que se revelam como verdadeiras coadjuvantes na prestação de serviços de interesse social e subsidiá-las, na medida do interesse público (LAURINDO, 2006, p. 65)

O terceiro setor – conforme descrito em artigo analisado – atua conforme as necessidades da sociedade, esse respectivo setor se organiza com o intuito de resolver as adversidades vivenciadas pela população. A fim de exemplificar pode-se trazer a seguinte passagem: “o Instituto Unibanco foi fundado no ano de 1982, com o objetivo de promover, criar, produzir e desenvolver os investimentos sociais do banco, e se caracteriza como uma instituição do terceiro setor que integra o movimento denominado Todos pela Educação” (BALDUINO, 2020, p. 8).

Tem-se ainda o exemplo das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID) que é uma entidade baiana que retrata as organizações tradicionais do terceiro setor, de cunho filantrópico e sem fins lucrativos, instituída em 1959 pela freira Irmã Dulce (FRANÇA FILHO, RIGO e SOUZA, 2020). Sendo que “a sustentabilidade da instituição é garantida com recursos públicos – notadamente do Sistema Único de Saúde (SUS) – e de convênios e parcerias com organismos estatais, além de doações privadas e venda de produtos” (FRANÇA FILHO, RIGO e SOUZA, 2020, p. 13).

Por fim, ainda buscou-se entender a configuração do terceiro setor no contexto neoliberal perante suas contradições existentes, podendo ser observada a compreensão do terceiro setor na década de 1990 que foi influenciada pela agenda da Nova Administração Pública (NAP) onde gerou mudanças na filantropia (DANGINO, 2011 apud LACRUZ, 2020). A partir da reforma gerencial, a atuação exclusiva do Estado em alguns setores não seria mais de maneira essencial, e, com isso,

Abrindo espaço para setores privados, particulares, chamados de ‘privados não lucrativos’ ou ‘públicos não estatais’. Seu principal mentor no Brasil, o então ministro Bresser-Pereira, descartara inspiração neoliberal do projeto, mesmo essa

iniciativa tendo sido sustentada por um governo – FHC – cujos pilares eram claramente vinculados a essa corrente ideológica (FONSECA, 2019, p. 402).

No terceiro setor pode ser observado o resultado da redução da intervenção direta do Estado no campo social. Em contrapartida pode ser observado que essa redefinição representa para as atividades de missão social um novo incentivo, e também um maior protagonismo em relação à sociedade civil, (PARENTE, QUINTÃO, 2014 apud VIEIRA, PARENTE e BARBOSA, 2017), “ que surge com um novo potencial promissor de resposta às necessidades sociais, no contexto da crise de regulação do final do século XX” (PARENTE; QUINTÃO, 2014 apud. VIEIRA, PARENTE e BARBOSA, 2017, p. 104).

Os respectivos autores trazem a afirmativa ao terceiro setor no contexto neoliberal onde o Estado reduz sua intervenção no campo social em minimamente, de acordo com os pressupostos do neoliberalismo, transferindo ao terceiro setor com a participação da sociedade civil a sua responsabilidade no campo da proteção social, “terceirizando a sua obrigação”. Sintetizando as contradições existentes, se destaca a reforma do Estado que teve sua configuração voltada ao paradigma neoliberal, embora tenha sido negada a inspiração à essa ideologia pelo ministro Bresser-Pereira, deixando evidente contradição em que o Estado transfere suas responsabilidades com a proteção social para o terceiro setor. Esse último é a materialização da redução do Estado trazendo à perspectiva de um incentivo vinculado à missão social e a um maior protagonismo da sociedade civil. Com isso, o Estado concebe esse setor “para executar algumas de suas funções”, a exemplo da execução das políticas sociais.

Em razão disto, na próxima seção cabe compreender de que forma ocorre a configuração das políticas sociais no contexto neoliberal no campo do terceiro setor. Estima-se abordar as implicações do contexto neoliberal para as políticas sociais, consequentemente o modo como se configura as políticas sociais nessa conjuntura, particularmente no âmbito do terceiro setor, e de que forma repercute para o enfrentamento das expressões da questão social.

#### **4 A CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL NO CAMPO DO TERCEIRO SETOR**

Para entender como sucede a configuração das políticas sociais é necessário que se realizem contínuas aproximações com a temática abordada. Deste modo, elaboraram-se

alguns questionamentos com o intuito de nortear o processo da pesquisa, proporcionando reflexões sobre essa configuração no contexto neoliberal no campo do terceiro setor.

Nos artigos pesquisados, em relação às implicações do contexto neoliberal para as políticas sociais, podem ser encontradas algumas reflexões discorridas por alguns autores. Segundo Peroni, (2012 apud BALDUINO, 2020) como maneira de superar a ideologia neoliberal, seguido no argumento utilizado em que a crise é do Estado e não do capital, surge como saída a reforma do Estado por meio da redução do seu papel na execução das políticas sociais, transferindo assim a responsabilidade de superar suas insuficiências para o mercado. Segundo Iamamoto (2012 apud SANTOS, 2020) observa-se a ampliação da transferência de responsabilidade para a sociedade civil devido ao recuo do Estado na esfera das políticas sociais. Essa ampliação para a sociedade civil se dá no campo da prestação de serviços sociais, das parcerias entre Estado e Organizações Não Governamentais, atuando nos programas e projetos sociais desde a sua formulação até a sua execução.

Ambos os autores supracitados, discutem a ideia de que o Estado atribui a sua responsabilidade a “terceiros” como a sociedade civil e o mercado, atuando de maneira reduzida, recuando em seu papel perante as políticas sociais, “jogando para terceiros” aquilo que deveria executar, assim contradizendo com as suas responsabilidades no campo social. Abrangendo a temática, recorre-se a literatura complementar a partir da produção de Montaña, o qual discorre que “ o Estado é claramente garantidor do desenvolvimento do ‘terceiro setor’, na sua assunção de funções e responsabilidades sociais que aquele vai abandonando” (MONTAÑO, 2003, p. 113).

Ainda sobre as implicações do contexto neoliberal nas políticas sociais, o autor Almeida (2020) em artigo analisado, menciona que as “políticas sociais sofrem num contexto de ultraneoliberalismo potencializado pelo neoconservadorismo expresso na pauta dos costumes [...]” (ALMEIDA, 2020, p. 728). Posteriormente Almeida (2020) enuncia que se expressa na “pauta dos costumes” as restrições de orçamento, remanejamento do fundo público para o mercado, privatizações, retração da regulação do Estado, refilantropização das políticas sociais e aprofundando as expressões da questão social. A ofensiva neoliberal perante a reforma do Estado atinge “em cheio” as políticas sociais e dessa forma as expressões da questão social, pois o Estado enxuga o orçamento, remaneja e se desresponsabiliza, atua de forma reduzida. O que conseqüentemente acaba na refilantropização das políticas sociais e no aprofundamento das expressões da questão social, evidenciando uma implicação do neoliberalismo perante as políticas sociais.



Deste modo o autor Maranhão (2016 apud SANTOS, 2020) afirma que as políticas sociais tornam-se focalizadas e seletivas no cenário neoliberal.

Desde as duas décadas finais do século XX as ideias neoliberais dominam as práticas governamentais e se inscrevem nos processos político-culturais, configurando a política social com um perfil assistencialista. Ao longo desse período, propagou-se o discurso da necessidade de redução da atuação do Estado, políticas sociais e direitos sociais assistencialista (CHAVES, GEHLEN, 2019, p. 290).

Nesta mesma linha, Almeida (2020) aponta que o contexto neoliberal impacta de modo direto nas políticas sociais, a implicação se dá por meio do recuo do Estado que vai favorável à conjuntura neoliberal. Com isso, materializa o recuo Estatal por meio de privatizações, redução de orçamento, filantropia das políticas sociais.

Também se buscou entender quais são as implicações do contexto neoliberal para as políticas sociais. Segundo os autores Chaves e Gehlen (2019) as ideias neoliberais influenciam práticas governamentais, a partir das duas décadas finais do século XX, apontando nos processos político-culturais e estruturando a política social de um modo assistencialista. Propagando o discurso da redução na atuação do Estado e de sua necessidade de contenção, conduz às políticas sociais assistencialistas. “A institucionalização e a operacionalização das políticas sociais contemporâneas têm impactado na materialidade dos serviços e benefícios sociais [...]” (CARNELOSSI, 2016, p. 130).

Ainda buscou-se entender a maneira que se configura as políticas sociais no contexto neoliberal no âmbito do terceiro setor, mas a partir dos artigos que compõem a amostra da pesquisa não se encontrou uma resposta que desse conta do respectivo assunto, já que as reflexões encontradas se restringiram ao debate sobre políticas sociais no contexto neoliberal. Isso significa que ainda se carece de produção científica que articule essas duas temáticas – políticas sociais e terceiro setor – considerando que esse último assume significativa parcela de responsabilidade no campo social em substituição à esfera estatal. Conforme Carnellosi (2016), as políticas sociais na contemporaneidade configuram-se atacando os princípios universais das políticas sociais tradicionais (postas perante a lógica do Welfare State), pois focam em selecionar grupos e segmentos. Com isso cabe refletir que:

Na área das políticas sociais, as demandas/necessidades são expressas de forma diversificada, conforme sua emergência, num fluxo estabelecido em um contexto normativo de cada órgão. As demandas sociais estão estruturadas pela desigualdade no contexto da exploração capitalista, sendo complexas e múltiplas. A miséria, a doença e a fome não se resolvem no mercado, demandam o Estado (FALEIROS et. al, 2019, p.384).

Com a finalidade de adensar as reflexões discorridas, foram inseridos autores complementares à amostra da pesquisa para abordar a questão da configuração das políticas sociais no contexto neoliberal no âmbito do terceiro setor. Deste modo, segundo Behring e Boschetti (2007) a era de Fernando Henrique Cardoso - FHC foi marcada por “reformas” feitas ao Estado voltadas para o mercado, num contexto em que a crise econômica e social eram apontadas para o âmbito do Estado. A reforma neoliberal se dá por meio do ajuste estrutural – crise fiscal – sinalizando que o problema era o Estado que deveria reduzir investimentos orçamentários na área social. Um destaque na reforma do Estado foi o Programa de Publicização<sup>3</sup>, evidenciando a criação de agências executivas e das organizações sociais, regulamentando o terceiro setor para a execução de políticas públicas. Com a reforma ocorreu uma tendência a desresponsabilização do Estado pela política social, "daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais - privatização, focalização/ seletividade e descentralização" (DRAIBE 1993 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 155).

Sob a perspectiva neoliberal o Estado consolida os interesses do grande capital, de modo geral contingenciando gastos, privatizando, intervindo de forma reduzida perante o campo social. Neste caso, orientando-se pela desresponsabilização das políticas sociais e regulamentando o terceiro setor para, então, executar a atribuição do Estado para a sociedade civil na efetivação da proteção social.

As políticas sociais no contexto neoliberal se configuram voltadas para atender as necessidades do capital. Assim como o Estado atuando nas expressões de desigualdades sociais emergentes de forma focalizada e seletivas. Sobre esse tema, recorre-se a literatura complementar, produzida por Montañó (2003), na qual há referência de que as políticas sociais executadas no terceiro setor inclinam-se para multifragmentação da questão social, além da sua setorialização genética, daí em diante também multifragmentadas, nas contemporâneas concepções e na reduzida área de abrangência. O terceiro setor, para esse autor, não compensa as políticas sociais abandonadas pelo Estado.

Deste modo, por mais que o terceiro setor “tente” assumir a responsabilidade do Estado perante as políticas sociais, que se molda na configuração neoliberal, a execução das políticas sociais pelo terceiro setor encaminha-se à multifragmentação das mesmas, assim

---

<sup>3</sup> “[...] Programa de publicização, transfere-se para o setor público não estatal, o denominado terceiro setor, a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle” (BRASIL, 1997, p. 9).

como no trato da questão social. Assim sendo o terceiro setor não supre as insuficiências do Estado diante das políticas sociais.

Para responder ao questionamento de quais são as repercussões da configuração das políticas sociais para o enfrentamento das expressões da questão social, foram inseridos autores complementares, pois os conteúdos encontrados na amostra desta pesquisa não deram conta do questionamento. Fato que também sinaliza para um resultado do presente estudo, já que aponta para a necessidade de se ampliar a produção científica sobre essa temática.

Neste sentido, tem-se que a questão social que expressa a contradição capital versus trabalho, como as lutas de classe, a desigualdade na distribuição de riqueza social, continua sem nenhuma alteração, o que se modifica no atual contexto são as suas refrações e expressões (MONTAÑO, 2003). Ainda refere que o projeto neoliberal que elabora a resposta à questão social, quer acabar com a condição de direitos das políticas sociais, e também com seu caráter universalista e igualdade de acesso usando como base a solidariedade e a responsabilidade social (MONTAÑO, 2003).

Outra ponderação revela o processo de abandono do Estado no trato universal/não-contratualista da questão social. Ou seja, a precarização/focalização/descentralização da atividade estatal e a simultaneidade da ampliação da atividade social privada, como filantrópica ou mercantil, acaba por agravar as desigualdades sociais (MONTAÑO, 2003).

Com isso, identifica-se que na conjuntura neoliberal surgem várias expressões da questão social, mas a resposta à ela se dá de maneira focalizada, seletiva e advinda em certa medida da solidariedade. Juntamente com o voluntariado que se atribuiu para a sociedade civil que executa as políticas sociais vinculado a filantropia, no qual também atua de forma aparente nas expressões de desigualdades, agindo somente com as demandas pontuais.

Também buscou-se entender o enfrentamento das expressões da questão social no contexto do neoliberalismo, sendo que esse estrategicamente se dá em uma ação tripla. Na ação estatal, com as políticas sociais do Estado direcionadas para a população mais pobre, ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Na ação mercantil, desenvolvida pela empresa capitalista, voltada para a população consumidora, a quem tem capacidade de comprar, tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas. E por último, a ação do terceiro setor, ou da chamada sociedade civil, orientada para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção de cunho filantrópico (MONTAÑO, 2012). O respectivo autor em outra obra diz que “com o terceiro setor tornando instrumento da estratégia neoliberal, este assume a função de transformar o padrão de resposta

das sequelas da questão social, constitutivo de direito universal, sob responsabilidade prioritária do Estado [...]” (MONTAÑO, 2003, p. 239).

Também pode ser observado que o enfrentamento das expressões da questão social, na contemporaneidade, se dá pelo Estado por meio das políticas sociais seletivas e focalizadas. Neste caso, deixando de ser um direito universal proveniente da conquista da classe trabalhadora para uma maior orientação de ação filantrópica atribuída a sociedade civil, ao terceiro setor.

O objetivo não é retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade da intervenção da questão social e transferir para o terceiro setor, não é pela motivação de eficiência e nem razões econômicas. Mas sim motivos político-ideológicos para retirar e esvaziar o direito universal do cidadão em relação às políticas sociais (MONTAÑO, 2003).

Sendo assim, na próxima seção do estudo será abordado o trabalho do assistente social no âmbito das instituições do terceiro setor. Com isso, estima-se apresentar uma reflexão sobre a temática bem como os desafios encontrados no trabalho do assistente social, desta mesma maneira as possibilidades, nas instituições do terceiro setor, espaço sócio-ocupacional em que o profissional de Serviço Social pode se inserir.

## **5 TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

A partir da pesquisa bibliográfica realizada identificou-se uma limitada produção vinculada a área das ciências sociais aplicadas referente ao trabalho do/a assistente social no âmbito das instituições do terceiro setor, assim como os respectivos desafios e possibilidades. Fato que sinaliza para a necessidade de se ampliar estudos e pesquisas que articulem essas temáticas.

Destaca-se que os autores da amostra da pesquisa discorreram de modo geral a respeito das possibilidades do trabalho do/a assistente social como o trabalho em rede, fortalecimento e resistência dos sujeitos, etc. Como a importância de compreender os fenômenos da realidade social para uma melhor intervenção nas expressões da questão social, orientado pelo projeto societário.

Em uma produção analisada os autores Chaves e Gehlen (2019) referem que é de suma importância buscar explicações para os fenômenos atuais e organizar estratégias profissionais que possam incidir na questão social. Com isso, indicam a construção de um

projeto societário, no qual o indivíduo, o privado e os interesses pessoais sejam subordinados ao interesse público e ao desenvolvimento da coletividade e à satisfação plena de suas necessidades básicas e de cidadania.

O fazer profissional do/a assistente social não difere em cada espaço ocupacional assim suas demandas, expressões da questão social não são diferentes, mas com a finalidade de adensar o debate, se utilizará no decorrer da construção desta seção, literatura complementar a amostra desta pesquisa, Neste sentido, Iamamoto (2009) refere que o profissional de serviço social desenvolve sua intervenção nas manifestações da questão social. Essas expressões da questão social manifestam-se no cotidiano da classe trabalhadora em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos e das políticas públicas.

O/a assistente social ocupa espaços sócio ocupacionais na esfera estatal, em empresas privadas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. A intervenção do/a assistente social tem como objeto o enfrentamento da questão social a qual se expressa nas desigualdades, rebeldia, conformismo, movido por interesses sociais distintos. “Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais” (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

O/a assistente social tem a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional, moldado a seu conteúdo e a maneira de operar, isso ocorre pela autonomia relativa que o profissional possui sendo amparado pela legislação profissional. A autonomia é correspondente à correlação de força econômica, política e cultural em nível societário expressando-se nos espaços sócio ocupacionais. O profissional de serviço social exerce nos espaços sócio ocupacionais as suas competências e atribuições que são respaldadas pela legislação (IAMAMOTO, 2009).

O Serviço Social se regulamenta como uma profissão de cunho liberal, detendo regulamentos legais e éticos que atribuem para a articulação das dimensões o teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo direcionando o exercício profissional (IAMAMOTO, 2004). O/a assistente social ainda conta com a Lei Nº 8.662 do ano 1993 que regulamenta a profissão, trazendo as atribuições privativas e competências profissionais. A autora Iamamoto (2009) refere que as competências expressam capacidade de dar

resolutividade a um determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional e as atribuições são prerrogativas exclusivas do Serviço Social.

As atribuições privativas do serviço social tratam de uma conquista da organização política da profissão desde as suas origens, mesmo que com perspectivas políticas distintas. As respostas às demandas estão postas no campo das competências do/a assistente social não sendo uma ação exclusiva, a competência do profissional é articular a dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para a resposta das expressões da questão social (MATOS, 2015).

Da mesma maneira, a autora Raichelis (2011) reflete a respeito do trabalho do/a assistente social assistente social na perspectiva do projeto ético-político. Exigindo assim do sujeito profissional que seja qualificado e capacitado em realizar um trabalho complexo, social e coletivo, possuindo competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais.

O projeto ético-político do serviço social brasileiro está vinculado diretamente a um projeto de transformação da sociedade, esse vínculo se dá pela exigência que a dimensão política da intervenção profissional introduz. O serviço social ao atuar no movimento contraditório das classes, imprime uma direção social para as ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Tais ações profissionais efetuadas são variadas e diversas apontadas como: plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, executando ações simples para às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, introduzindo assim a determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica (TEIXEIRA, BRAZ, 2009).

Os profissionais do Serviço Social utilizam da instrumentalidade na intervenção profissional, “foi dito que a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos” (GUERRA, 2007, p. 2). A instrumentalidade possibilita aos assistentes sociais que objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais, modificam, transformam e alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2007).

Os/as assistentes sociais na contemporaneidade enfrentam desafios pela profissão, um dos desafios significativos se dá por meio das reformas conduzidas pelo Estado. “As

condições de trabalho e relações sociais em que estão inscritos os assistentes sociais são indissociáveis da contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003 apud IAMAMOTO, 2004).

A autora Iamamoto (2004) expressa que direitos conquistados estão sendo desmontados nos governos de orientação neoliberal. Assim, transferindo para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando o espaço ocupacional de categorias profissionais, assim como a dos assistentes sociais.

Nesta linha, Raichelis (2011) refere que os resultados da tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho do/a assistente social são sentidas em grande potência pela profissão. Consequências nas transformações societárias no âmbito do Serviço Social indicando a perda ou até precarização do espaço ocupacional principalmente para os que procuram seu primeiro emprego, pois uma parcela da categoria anteriormente empregada ainda goza de estabilidade em seu emprego. Ainda reflete que a terceirização traz efeitos profundos para o trabalho social, pois ela é uma das principais formas de flexibilização do trabalho por meio de transferência de atividades de um setor a outro, além da fragmentação entre os trabalhadores, gerando dificuldades e constrangimentos para o trabalho social e para a luta coletiva, cenário esse que se intensifica perante o terceiro setor.

Sobre os desafios do/a trabalho do assistente social, de uma maneira mais geral, há que “nos últimos vinte anos, como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase totalmente destituídas de direitos” (GUERRA, 2010, p. 716). Os/as assistentes sociais sofrem concomitantemente as expressões da exploração e o poder do capital sobre o trabalho e executam as respostas no âmbito dos direitos, compreendendo e defrontando com as expressões questão social, alterando-se por meio de mediações, em uma variedade de demanda para o profissional de Serviço Social (GUERRA, 2010).

No contexto de crise do capital, onde gera consequências para todos os setores como o vida social, econômica e cultural, o/a assistente social não tem se firmado como profissional autônomo no desempenho de suas atividades, pois não dispõe do comando das condições materiais, organizacionais e técnicas para desempenhar o seu trabalho. Isso não quer dizer que a profissão não disponha de sua autonomia relativa e de uma direção social que aponte para a construção de outra ordem societária. Os/as assistentes sociais fazem parte da mudança, como gestores e operadores de políticas sociais, que se tem constituído historicamente numa das mediações fundamentais para o exercício profissional. Deste modo, o profissional de Serviço Social está envolvido com a construção cotidiana da sociabilidade capitalista pela

mediação das políticas sociais, operando dentro de seus limites e de suas possibilidades (YAZBEK, 2018).

Os profissionais de Serviço Social se defrontam nos espaços sócio ocupacionais com vários desafios, e um deles é a visão atribuída de que os/as assistentes sociais realizam “ajuda” e “caridade”. E no terceiro setor isso não é diferente e acaba remetendo a essa concepção assistencialista tanto para os outros profissionais, quanto para os usuários e, às vezes, o/a próprio/a assistente social reproduz essa perspectiva, conseqüentemente é um grande desafio “romper com a visão” da prática assistencialista e o modo de ver da sociedade. Assim o profissional tem que realizar um processo de desconstrução da concepção assistencialista na prática profissional, assim como enfatizar ao usuário que aquele determinado serviço é um direito e não uma "ajuda" ou “caridade” que a instituição dispõe e o/a assistente social se coloca como um mediador.

E finalmente se coloca como desafio e ao mesmo tempo possibilidade de atuação dos/das assistentes sociais na ampliação de espaço por meio de assessorias, coordenação e gestão dos projetos de ação comunitária. Também a inserção em equipes multiprofissionais, determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas, na divisão sociotécnica do trabalho (KOMEYAMA, 2000 apud CARVALHO, 2010).

Em todo espaço sócio-ocupacional o/a assistente social se defronta com desafios e possibilidades, nas instituições do terceiro setor isso também ocorre. Segundo Carvalho (2010) o/a assistente social no terceiro setor detecta um campo de possibilidades de atuações onde destaca-se o fortalecimento dos sujeitos, oportunidades de atendimento, acompanhamento e orientação social a estes e sua família, gestão de recursos da instituição para execução de projetos.

Entende-se que os desafios encontrados pelos profissionais de Serviço Social nas instituições do terceiro setor ocorre, primeiramente, pela configuração neoliberal materializada pela reforma do Estado, precarizando e focalizando as políticas sociais assim como desresponsabilizando a esfera estatal pelo enfrentamento das expressões da questão social. Outro desafio posto para o/a assistente social, que se dá em todos os âmbitos da sua atuação, é na relação da exploração do capital ao seu trabalho, pois também se constitui como um trabalhador assalariado. O que no âmbito do terceiro setor o/a assistente social encara a instabilidade do vínculo empregatício. Ainda o profissional de Serviço Social se defronta com o desafio em relação à gestão e planejamento, precariedade e seletividade dos serviços,



articulação do trabalho em rede com outros setores (Estado e Mercado), superação das práticas assistencialistas pelos usuários e por outros profissionais.

As possibilidades ao trabalho do/a assistente social se dão em vários espaços sócio ocupacionais para além do terceiro setor, como no fortalecimento dos sujeitos e resistência dos mesmos perante a exploração imposta pelo modo de produção capitalista em busca dos seus direitos, ampliação de espaços em assessorias, gestão de projetos sociais, articulação com rede assistencial.

O/a assistente social atua no enfrentamento das expressões da questão social, tendo como um dos seus espaços sócio ocupacionais a esfera estatal e, terceiro setor e empresas privadas. Esse profissional tem a possibilidade de exercer uma direção social, isso ocorre pela a autonomia relativa que o possui. Nesses espaços o profissional exerce suas atribuições e competências. A instrumentalidade possibilita aos assistentes sociais objetivarem suas intencionalidades na intervenção. Também sofrem com os desafios da configuração neoliberal perante as reformas do Estado e, de modo consequente, das políticas sociais.

## **6 CONCLUSÃO**

Ao final do presente estudo retoma-se o problema da pesquisa, que se embasou no seguinte questionamento: Como se configura o terceiro setor no contexto neoliberal e as implicações para as políticas sociais e os desafios ao trabalho do/a assistente social? A fim de se aproximar de possíveis “respostas” a esse questionamento inicial, ao longo deste artigo desenvolveram-se diversas reflexões, mediante desenvolvimento de pesquisa bibliográfica.

Sendo assim, quanto ao processo sócio histórico do terceiro setor e as contradições existentes, foi possível inferir que a terminologia do terceiro setor emergiu no primeiro momento ao contexto norte-americano, e ainda foi identificado que o seu surgimento foi ligado diretamente à ideia da filantropia. No Brasil, também teve a característica dos primórdios das entidades do terceiro setor ser ligado a filantropia, tanto que no país era atribuído a entidades de caridade vinculadas à igreja. Esse setor emergiu com a particularidade de assumir a responsabilidade do Estado em suas respectivas atividades, como nas políticas sociais no qual se efetua por meio das parcerias público-privadas efetivando e aumentando essas parcerias a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC.

O processo sócio histórico do terceiro setor na conjuntura neoliberal abarca a reforma do Estado que atende os interesses do capitalismo, dado pelo Plano Diretor da Reforma do

Aparelho do Estado que propôs uma reforma da administração pública. Destacando também, a regulamentação do terceiro setor para executar as políticas públicas, tendo em vista o denominado Programa de Publicização.

A contradição existente neste processo foi percebida a partir da constatação da desresponsabilização do Estado perante a suas funções com a proteção social, assim o terceiro setor em parte assume essa responsabilidade. Observou-se que essa desresponsabilização obedece aos interesses do mercado favorecendo a conjuntura neoliberal. A materialização dessa redução aconteceu pela reforma do Estado o qual transfere para a sociedade civil - terceiro setor - assumir as políticas sociais, recuando o seu papel.

Também se tratou a respeito de como ocorre a configuração das políticas sociais no contexto neoliberal no campo do terceiro setor, sendo que os dados encontrados apontaram que a conjuntura neoliberal atinge as políticas sociais. As políticas sociais no contexto neoliberal foram atingidas por privatizações, filantropia, contenção de orçamento. O que conduziu para políticas sociais assistencialistas, logo atingindo os princípios universais das políticas sociais. A configuração das políticas sociais no neoliberalismo teve impacto direto na materialidade dos serviços e benefícios sociais, sendo focalizadas e seletivas.

Na questão da configuração das políticas sociais no contexto neoliberal no âmbito do terceiro setor pode-se constatar uma baixa produção a respeito do tema, pois os dados da pesquisa levaram somente para o estudo da configuração das políticas sociais no contexto neoliberal. Assim aponta para um importante debate a ser realizado entre políticas sociais e o terceiro setor a partir de novas pesquisas.

Encontrou-se algumas reflexões que sinalizaram que as políticas sociais executadas pelo terceiro setor seguem tendência para a fragmentação da questão social, deste modo o enfrentamento da questão social se dá de maneira focalizada, seletiva e parcialmente advinda da solidariedade. Assim as políticas sociais que por meio do Estado se configuram de forma seletivas e focalizadas, deixam de ser universal.

E por fim, buscou-se evidenciar quais são os desafios ao trabalho do/a assistente social no âmbito das instituições do terceiro setor, sendo que na pesquisa bibliográfica foi identificado uma baixa produção que articula essas temáticas. Assim, para atender a esse objetivo da pesquisa, foi necessário buscar subsídios em outros autores os quais não

compuseram a amostra, e mesmo assim a maioria dos autores trouxeram os desafios do trabalho do/a assistente social de um modo mais geral.

O estudo apontou que nos espaços sócio ocupacionais os quais os/as assistentes sociais inserem-se como no âmbito estatal, no mercado e no terceiro setor, a intervenção do/da assistente social tem como intencionalidade o enfrentamento das expressões da questão social que se manifestam de diversas formas no cotidiano dos sujeitos. Um dos desafios ao trabalho do/da assistente social que se apontou, caracterizou-se não somente no terceiro setor, mas também em todos os outros setores, como a reforma do Estado de viés neoliberal que materializou o desmonte, flexibilização, terceirização e precarização tanto das políticas sociais como do próprio trabalho do/da assistente social.

## 7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme S. **Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais.** Revista Katálysis, Vol. 23, Nº 3, Páginas 720 - 731, Dez 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802020000300720&lag=p](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300720&lag=p). Acesso em: 30 Mar. 2021.

BALDUINO, Maria Aparecida C. **Programa Jovem de Futuro: uma tecnologia educacional do terceiro setor.** Interações, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 233-243, Abr. 2020. Disponível em : [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122020000200233&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122020000200233&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 Mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.**- 4.ed.- Lisboa: Edições 70, 2010

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.** Brasília - 2019

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado / Secretaria da Reforma do Estado Organizações sociais. / **Secretaria da Reforma do Estado. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. 74 p.** (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 2).

CARNELOSSI, Bruna. **O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional.** Serviço Social & Sociedade, Nº 125, Páginas 124

- 147, Abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n125/0101-6628-sssoc-125-0124.pdf>. Acesso: 02 Abr. 2021

CARVALHO, Karine L. **Possibilidades e desafios de intervenção do profissional do serviço social no âmbito do terceiro setor no município de São Borja.** 2010. p. 137. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, São Borja, 2010.

CHAVES, Helena Lúcia A; GEHLEN, Vitória Régia F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social & Sociedade**, Nº 135, Páginas 290 - 307, Ago. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso: 02 Abr. 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula; ARAÚJO, Adelina Almeida Moreira de; HEDLER, Helga Cristina. Precariedade e interdisciplinaridade no trabalho da Assistente Social na esfera pública. **Revista Katálysis**, Nº 2, Páginas 383 - 392, Mai 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nCfRrbFmkK5Q6vnmml5TShG/?lang=pt#>. Acesso: 02 Abr. 2021.

FONSECA, Francisco César P. A “**governança empresarial**” das metrópoles sob o **predomínio neoliberal: o papel da gestão pública gerencial e da privatização do sistema político.** Cad. Metrop. São Paulo , v. 21, n. 45, p. 393-415, Ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cm/v21n45/2236-9996-cm-21-45-0393.pdf>. Acesso em: 30 Mar. 2021

FRANCA FILHO, Genauto C; RIGO, Ariádne S; SOUZA, Washington J. **A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro).** Organizações e Sociedade, Salvador , v. 27, n. 94, p. 556-584, Set. 2020 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302020000300556&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302020000300556&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil.** - 4. ed.- São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas S.A, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.** In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, BH, maio, 2007, promovido pelo CRESS-6<sup>a</sup>. Reg. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>. Acesso: 11 Abr. 2021

GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/08.pdf>. Acesso: 11 Abr. 2021

IAMAMOTO, Marilda V. **Questão Social no Capitalismo.** Revista Temporalis, jun/jul 2001, Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso: 02 Abr. 2021

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo.** Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 2004. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf). Acesso: 11 Abr. 2021

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio**, 2. ed. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1976.

LACRUZ, Adonai J. **Considerações teóricas sobre governança corporativa no terceiro setor à luz da teoria da agência.** Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 473-485, Set. 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512020000300473&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512020000300473&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Mar. 2021

LAURINDO, Amanda S. C. **O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS BRASIL: 1988 a 2006.** 2006. p.110. Dissertação (Mestrado-DIREITO POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSO) – Faculdade de Direito de Campos Programa de Pós-Graduação, Campos dos Goytacazes – RJ, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp035976.pdf>. Acesso em: 23 Mar. 2021.

MATOS, Maurílio C. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0678.pdf>, Acesso: 20 Abr. 2021

MINAYO, M. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** São Paulo: Vozes. 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a04n110.pdf>. Acesso: 11 Abr. 2021

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 2. ed.- São Paulo: Cortez, 2003

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300003). Acesso: 11 Abr. 2021

SANTOS, Viviane M. **Transformações societárias: repercussões no serviço social.** Revista Katálysis, Vol 23, Nº 1, Páginas 53 - 62, Abr. 2020. Disponível em: Transformações societárias: repercussões no serviço social (scielo.br). Acesso em: 30 Mar. 2021

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** São Paulo: Cortez, 2009. 1 CD-ROM.

SOARES, Laura T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed.- São Paulo, Cortez, 2002. - (Coleção Questões da Nossa Época; v. 78)

TEIXEIRA, Joaquina B, BRAZ, Marcelo. **O projeto ético político do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VIEIRA, Naldeir dos Santos; PARENTE, Cristina; BARBOSA, Allan Claudius Q. **Terceiro setor, economia social e economia solidária: laboratório por excelência de inovação social**. Sociologia, Porto, n. temático 7, p. 100-121, dez. 2017 . Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0872-34192017000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192017000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 mar. 2021.

YASBEK, Maria Carmelita. **Voluntariado e profissionalidade na intervenção social**. Revista de Políticas Públicas, Páginas 23- 40, 2002. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3718/1749>. Acesso: 02 Abr. 2021

YASBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro**. SERV. SOC. REV., Londrina, V. 21, N.1, P. 183-194, jul./dez, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215/24769>. Acesso: 11 Abr. 2021